

Uma Explicação Não-Causal do Comportamento no Behaviorismo Radical

(A Non-Causal Explanation of Behavior in Radical Behaviorism)

Carolina Laurenti¹(*) e Carlos Eduardo Lopes^{}**

*Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos

**Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus Paranaíba

A ciência é um empreendimento humano multifacetado. Além de buscar o desenvolvimento de tecnologias, um de seus principais objetivos é oferecer uma explicação de seu fenômeno de interesse. Essa dupla função da ciência tem a sua contrapartida na ciência do comportamento proposta por B. F. Skinner.

No contexto dessa proposta, encontra-se a preocupação em produzir tecnologias que possibilitem o controle do comportamento, de modo a promover melhorias nas condições de vida do homem: «O ‘sistema’ científico, como a lei, tem por finalidade capacitar-nos a manejar um assunto de modo mais eficiente. O que chamamos de concepção científica de determinada coisa não é conhecimento passivo» (Skinner, 1953, p. 14).

No entanto, a ciência do comportamento skinneriana também está preocupada com a compreensão e a explicação do comportamento: «O psicólogo experimental está fundamentalmente interessado em *estudar*² (*accounting for*) o comportamento, ou *explicar* (*explaining*) o comportamento, ou em um sentido mais amplo, em *compreender* (*understanding*) o comportamento» (Skinner, 1947/1931, pp. 228-229).

¹ A redação do artigo foi apoiada pela FAPESP (Bolsa de doutorado da primeira autora). Endereço para correspondência: Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Filosofia. Rodovia Washington Luís (SP-310), Km 235. São Carlos – SP – Brasil. CEP 13565-905. E-mail para carolinapsicologia@hotmail.com ou caelopes@terra.com.br

² Optamos por traduzir a expressão *accounting for* por estudar, embora a tradução mais comum seja explicar. Isso se justifica, em primeiro lugar, porque na seqüência da citação Skinner emprega o termo *explaining* que traduzimos por explicar. Em segundo lugar, julgamos que o termo estudar evita dificuldades suplementares trazidas por outras traduções de *accounting for* como, por exemplo, descrever, que coloca o problema da relação entre explicação e descrição no Behaviorism

Evidentemente, há uma relação estreita entre controle e explicação do comportamento. Skinner (1953) esclarece o ponto: «ela [a ciência] é uma tentativa de descobrir ordem, de mostrar que certos acontecimentos estão ordenadamente relacionados com outros. Nenhuma tecnologia prática pode basear-se na ciência até que essas relações tenham sido descobertas» (p. 06). Isso quer dizer que a compreensão ou explicação do comportamento é condição necessária para o desenvolvimento de uma tecnologia comportamental. Nesse sentido, cabe perguntar: como o Behaviorismo Radical explica o comportamento? Ou ainda, qual o modelo de explicação proposto por essa filosofia da ciência do comportamento?

Encontrar uma resposta inequívoca para essas questões não parece ser possível. Isso porque no âmbito da própria filosofia da ciência não há consenso em relação ao conceito de explicação científica (Lambert & Brittan, 1979/1970). Além disso, o modelo teórico de uma ciência do comportamento lida com um objeto de estudo complexo por excelência, o comportamento (Donahoe & Palmer, 1994). Como o próprio Skinner (1953) reconhece, o comportamento não é uma coisa, mas um processo. E como tal é mutável, fluido e evanescente, impondo uma série de dificuldades para um modelo explicativo.

Uma dessas dificuldades está no fato de, por sua natureza processual, muito do que observamos do comportamento no presente é resultado de uma história que já não pode mais ser diretamente acessada (Donahoe & Palmer, 1994). Com isso, um certo grau de inferência ou «construção» parece ser inevitável na explicação do comportamento.

Ademais, desde Watson (2007/1913, 1930/1924), o Behaviorismo sempre teve a pretensão de explicar a totalidade dos fenômenos psicológicos em termos de comportamento. Uma dificuldade suplementar aparece, nesse contexto, quando se reconhece que muitos desses fenômenos não são acessíveis a um observador externo, como por exemplo, as atividades de pensar, sentir, imaginar. Isso aponta a necessidade de um modelo complexo de explicação do comportamento (Donahoe & Palmer, 1994).

Admitindo essas dificuldades inerentes ao estudo do comportamento, este ensaio pretende examinar algumas questões referentes ao modelo de explicação behaviorista radical. Mais especificamente, este trabalho visa discutir uma tendência esboçada pelo modelo de explicação skinneriano: o abandono de uma explicação causal do comportamento. Para mostrar a plausibilidade dessa tese, argumentaremos, primeiramente, que o Behaviorismo Radical parece desvincular explicação de causalidade. Em segundo lugar, apresentaremos uma proposta de modelo complexo de explicação não-causal do comportamento, que parece ser mais coerente com a definição de comportamento adotada pelo Behaviorismo Radical.

EXPLICAÇÃO CIENTÍFICA E CONHECIMENTO DAS CAUSAS

Pode soar estranho ou mesmo ultrajante aventar a possibilidade de uma explicação não-causal, seja do comportamento, seja de qualquer outro objeto de estudo científico. Isso porque explicação, na filosofia da ciência, está tradicionalmente vinculado ao conhecimento das causas: explicar cientificamente a ocorrência de um evento é indicar aquilo que o causou (Lambert & Brittan, 1979/1970). O vínculo entre explicação científica e conhecimento das causas é tão próximo que parece redundante falar de *explicação causal*, já que *explicação*, nessa linha de raciocínio, remete inescapavelmente à descoberta de causas. Em vista disso, para aferirmos com mais cuidado a viabilidade, e mesmo a originalidade, de uma explicação não-causal do comportamento na perspectiva skinneriana, cabe inaugurarmos o tema com uma breve descrição do liame clássico entre explicação e causalidade.

Uma estreita relação entre «investigação da natureza» e busca pelas causas dos fenômenos já é encontrada em Platão (Trad. 1972): «parecia-me admirável, com efeito, conhecer as causas de tudo, saber por que tudo vem à existência, por que perece e por que existe» (p. 108). Em continuidade com essa tradição, Aristóteles (Trad. 1998) propõe a causalidade como uma das condições para o conhecimento científico:

Pensamos que conhecemos uma coisa no seu sentido mais pleno (em contraste com o conhecimento acidental dos sofistas) quando pensamos conhecer tanto a causa do porquê esta coisa é (e saber que ela é sua causa), como também que não é possível que seja de outra maneira (p. 115).

Prova do estreito vínculo entre explicação e causalidade, na obra de Aristóteles (Trad. 1998), é encontrada no fato de o termo grego *aitia*, que nos escritos aristotélicos equivale a causa, ser muitas vezes traduzido por *explicação* (Barnes, 1996/1982).

Tratando-se da relação entre explicação e causalidade, talvez Kant (1997/1787) tenha sido mais radical que Aristóteles. Como acabamos de mencionar, para Aristóteles (Trad. 1998) o conhecimento científico identifica-se com a atribuição de causas, mas é questionável se essa regra diz respeito a todo e qualquer tipo de conhecimento³. Entretanto, para Kant, todas as alterações que acontecem no mundo de nossa experiência, seja no mundo da ciência, seja no do senso comum, acontecem conforme o princípio de causalidade. É o que as palavras de Kant (1997/1787) sugerem na formulação do

³ Embora em Aristóteles (Trad. 1998) o conhecimento científico seja o único confiável, isso não quer dizer que não haja outros tipos de conhecimento. Nesse sentido, a identificação entre explicação e causalidade estaria restrita apenas ao campo do conhecimento científico.

princípio causal como consta na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*: «Tudo o que acontece (começa a ser) supõe alguma coisa que a sucede, segundo uma regra» (p. 217). Nesse contexto, a causalidade é esta regra, que nos capacita a ordenar os fenômenos e a lê-los enquanto experiência de sucessão.

Assim, na perspectiva kantiana, só teremos a experiência de que um evento sucedeu um outro, sob a suposição de que alguma coisa causou os eventos. Em suma, o conhecimento empírico só é possível mediante a atribuição de relações causais:

O conceito de causa designa uma condição inerente não às coisas, mas à experiência, a saber, que esta só pode ser um conhecimento objetivamente válido dos fenômenos e de sua sucessão no tempo na medida em que o antecedente pode ser ligado ao conseqüente, segundo regras dos juízos hipotéticos (Kant, 1980/1783, p. 48).

A despeito da complexidade da teoria kantiana, o que importa aos objetivos deste ensaio são as dimensões que a categoria de causalidade assume na filosofia desse autor. Ora, se o conhecimento empírico só é possível se submetemos os fenômenos à lei da causalidade, isso nos leva a concluir que o mundo não poderia ser pensado⁴ de outra maneira, a não ser em termos de relações causais. Por esse motivo, deveríamos considerar a atribuição de relações causais como um corolário do conhecer. Com isso, em Kant (1997/1787), a identificação entre explicação e causalidade parece ser radicalizada: ela não ocorre apenas no conhecimento científico, mas consiste em uma condição de possibilidade para todo conhecimento empírico.

Mencionamos Aristóteles (Trad. 1998) e Kant (1980/1783, 1997/1787) apenas para mostrar como o tratamento da causalidade foi encaminhado a ponto dela ter sido elevada ao paradigma do conhecer: a atribuição de causas gera expectativas do que seja conhecer um fato (cientificamente, como sugere Aristóteles, ou como possibilidade do próprio conhecer, tal como Kant propõe). Essa tradição talvez seja responsável pelo fato de a identidade entre explicação científica e causalidade ser pouco questionada durante a história da filosofia da ciência. Isso fica evidente quando analisamos os temas clássicos das discussões sobre a explicação científica: o tipo de causalidade que descreve os eventos (Bacon, 1979/1620); a característica do elo causal (Mill, 1979/1872); a justificação de enunciados causais (Hume, 2000/1739, 1980/1748); o conceito de causa empregado (Mackie, 1974).

⁴ É preciso esclarecer que em Kant (1997/1781) a causalidade é uma das categorias do entendimento e, por isso, sempre falamos do mundo pensado (phainomena) e não do mundo em si mesmo (noumena), pois na medida em que o mundo em si não está submetido às categorias do entendimento, ele é, por definição, ininteligível. É também esta diferença que explica a afirmação kantiana de que a causalidade não é inerente às coisas (noumena), mas à experiência (phainomena).

POSSIBILIDADE DE UMA EXPLICAÇÃO NÃO-CAUSAL

Embora a relação entre explicação científica e causalidade tenha uma longa história e eminentes defensores, alguns filósofos da ciência mostraram-se insatisfeitos com essa concepção. Um dos principais alvos da crítica desses filósofos foi a noção de causalidade. Com isso, a sólida relação entre explicação científica e busca pelas causas começou a se enfraquecer.

Um exemplo de crítica à causalidade como aspecto definidor de uma explicação científica pode ser encontrada em Hempel (1965). Mesmo concordando que algumas explicações científicas cite informação sobre causas, Hempel argumenta que o essencial para uma explicação científica são as leis, independente de serem causais ou não. As leis taxonômicas ou morfológicas, por exemplo, são classificações, isto é, enunciados de inclusão de classes, e não envolvem, portanto, a atribuição de causas. Incluir uma classe de eventos em uma outra não significa que esta última é causa da primeira. As leis estatísticas também são consideradas por alguns como leis não-causais (Bunge, 1963/1959), ou leis não-determinísticas (Lambert & Brittan, 1979/1970), pelo fato de lidar com enunciados sobre relações probabilísticas e não relações necessárias entre eventos.

Desse modo, na perspectiva hempeliana, para que um evento figure na explicação de um outro evento, o primeiro não precisa ser considerado causa do segundo. Além disso, um evento pode ser designado como causa de outro, sem que com isso preencha os requisitos para entrar em uma explicação científica. Em suma, uma explicação científica é uma explicação por meio de leis, e não necessariamente uma explicação por meio de causas (Hempel, 1965).

Posição semelhante é defendida por Bunge (1963/1959), que considera a existência de explicações científicas não-causais. De acordo com esse autor, ainda que a explicação causal possa ser considerada um exemplo paradigmático de explicação, é possível explicar os eventos sem recorrer à noção de causalidade. Em suma, a causalidade não é uma condição necessária da explicação científica:

Um exame ontológico sucinto de tipos vigentes de explicação científica mostra-nos que existem muitas maneiras de entender, isto é, de responder às questões-porquê, sendo a descoberta de causas apenas uma dessas maneiras – mais precisamente, a causalidade pode ser um componente conspícuo, mas não universal da explicação científica (Bunge, 1963/1959, p. 305).

Segundo Bunge (1963/1959), se olharmos a explicação científica do ponto de vista ontológico, a validade do princípio de causalidade tem escopo limitado, já que se

aplica a um padrão particular da realidade, caracterizado por relações lineares, unilaterais e necessárias entre os eventos. Há outras categorias não-causais de explicação da realidade (por exemplo: estatísticas, dialéticas, teleológicas e funcionais), que expressam formas mais complexas e dinâmicas de relação entre processos e eventos⁵.

Nessa mesma linha de argumentação, encontra-se Mach (1959/1886), defendendo que a causalidade é uma teoria muito pobre ou imprecisa para descrever a riqueza das relações de interdependência entre os eventos na natureza:

A antiga concepção tradicional de causalidade é algo perfeitamente rígido: uma dose do efeito segue a uma dose da causa. Uma espécie de concepção primitiva e farmacêutica do universo é expressa nessa visão, como na doutrina dos quatro elementos. A própria palavra «causa» deixa isso claro. As conexões da natureza raramente são tão simples que em qualquer caso dado nós possamos apontar uma única causa e um único efeito (p. 89).

Contrastando com a suposta limitação do conceito de causa, Mach (1959/1886) propõe o conceito de relação funcional como substituto da causalidade, já que, segundo ele, se trata de um conceito capaz de descrever relações entre muitos elementos com maior precisão e flexibilidade:

Para mim, a principal vantagem da noção de função quando comparada à de causa, encontra-se no fato de que a primeira nos força a uma maior precisão de expressão, e que ela é livre de incompletude, indefinição e unilateralidade da segunda. A noção de causa é, na verdade, uma maneira primitiva e provisória de se afastar da dificuldade (p.92)

Diante dessas críticas à explicação causal é possível argumentar que todas elas são limitadas, pois há mais de um conceito de causalidade. Em outras palavras, se há vários tipos de causalidade, parece que nenhuma crítica é capaz de atingir *todos* os tipos. Em um primeiro momento, esse argumento parece razoável, e exige, pelo menos, que delimitemos, de antemão, o conceito de causalidade examinado.

No entanto, o argumento de que existe uma diversidade de tipos de relação causal pode estar fundamentado na crença de que toda relação de dependência entre

⁵ Como veremos adiante, Bunge (1963/1959) propõe cinco características que definem uma relação causal: (1) condicionalidade; (2) unicidade; (3) conexão necessária; (4) dependência unilateral; e (5) conexão genética. Com base nessas características, as explicações estatísticas, dialéticas, teleológicas e funcionais devem ser consideradas exemplos de explicações não-causais, pois não satisfazem pelo menos um desses critérios. Explicações que envolvem dependência mútua ou interação entre eventos, ferem a dependência unilateral e, por isso, não podem ser consideradas causais, como é o caso das explicações teleológicas, dialéticas, e funcionais. Além disso, as explicações funcionais também não estão de acordo com a conexão necessária (Mach, 1959/1886). Já as explicações estatísticas se afastam, pelo menos, da unicidade do elo causal (a mesma causa produz o mesmo efeito, e o mesmo efeito nunca pode surgir, exceto da mesma causa). Por tratar, predominantemente, com estimativas probabilísticas, as explicações estatísticas não parecem se ajustar às relações de necessidade, características da unicidade do elo causal.

eventos é uma relação causal. Com efeito, se toda a relação de dependência entre eventos é causal, resta apenas aceitar que a causalidade especifica o campo da ciência, pois eventos não-dependentes são eventos erráticos, e não podem, portanto, ser expressos na forma de uma lei. Nesse sentido, criticar a causalidade seria o mesmo que criticar o próprio empreendimento científico.

Por outro lado, se toda relação de dependência é causal, *relação causal* é simplesmente um outro termo para designar relação de dependência e, por isso, quando dizemos que uma relação de dependência é causal estamos enunciando uma tautologia. E, aqui, surge um paradoxo: ao tentar salvar a causalidade admitindo que toda relação de dependência é causal, o termo *causal* torna-se vazio de sentido e, conseqüentemente, desnecessário. Se toda relação de dependência é causal não precisamos mais falar de causalidade (o termo *causal* não designa nenhuma propriedade específica que já não estava presente na relação de dependência). Isso quer dizer que o emprego do termo *causal* só faz sentido se admitirmos que há relações de dependência não-causais.

Cientes desse problema, partiremos, aqui, da concepção de causalidade definida por Bunge (1963/1959). Esse autor admite que a causalidade é uma das formas de relações entre eventos, e não a única forma. Além disso, como veremos adiante, Bunge estabelece critérios precisos para definirmos uma relação causal. A especificação desses critérios é importante, pois nos ajudará a diferenciar uma relação causal de uma relação não-causal.

Com isso, nossa proposta está sujeita à acusação de que a definição de Bunge (1963/1959) não é suficientemente geral para abarcar a totalidade do conceito de causalidade. No entanto, tal acusação só pode ser considerada se for possível encontrar uma classificação que abarque todas as concepções de causalidade sem culminar na afirmação de que toda relação de dependência é causal.

BEHAVIORISMO RADICAL E PENSAMENTO CAUSAL: UMA APROXIMAÇÃO DUVIDOSA

As críticas ao conceito de causalidade abriram a possibilidade da ciência buscar explicações não-causais. A proposta de Skinner (1953) de uma ciência do comportamento parece aproximar o Behaviorismo Radical dessa tendência. Em outras palavras, o modelo de explicação behaviorista radical parece ser um bom exemplo de explicação não-causal. Examinaremos essa tese, primeiramente, apresentando algumas características do pensamento causal, e, na seqüência, mostrando como o Behaviorismo Radical afasta-se de cada uma delas.

Uma explicação científica pode ser considerada causal se ela obedece aos cânones do princípio de causalidade. De acordo com Bunge (1963/1959), a formulação mais

adequada desse princípio é a seguinte: «Se a causa acontece, então (e somente então) o efeito é sempre produzido por ela» (p. 47). Tal enunciado, segundo ele, é correto na medida em que expressa as cinco noções elementares que compõem o núcleo significativo do princípio causal, a saber: condicionalidade; unicidade; conexão necessária; dependência unilateral do efeito em relação à causa; e conexão genética.

Como veremos a seguir, com exceção do primeiro aspecto, a condicionalidade, que afirma que a ocorrência de um dado fenômeno depende da realização de certas condições – o que é expresso pela cláusula *se* –, o modelo de explicação behaviorista radical parece se distanciar de todos os demais. Isso pode nos encaminhar para a intrigante conclusão de que o Behaviorismo Radical não compactua com o pensamento causal e, conseqüentemente, com a identificação entre explicação científica e conhecimento das causas.

Unicidade

A unicidade do elo causal afirma a correspondência recíproca de «um-para-um» entre causa e efeito, isto é, a relação entre causa e efeito é tal que há um único efeito para cada causa e *vice-versa* (Bunge, 1963/1959). Considerando a unicidade como um traço característico do princípio de causalidade, Bunge argumenta que a causação múltipla não consiste em uma forma genuína de causalidade. Isso porque a causação múltipla disjuntiva, aquela expressa pela tese da pluralidade das causas (Mill, 1979/1872), admite que o termo *causa* pode denotar qualquer uma das causas suficientes. Dessa forma, a causação múltipla, por definição, trata-se de uma conexão «vários-para-um», o que fere a unicidade, e impede que a consideremos como estritamente causal (Bunge).

Contrastando com a unicidade do elo causal, o modelo de explicação skinneriano tem como uma de suas características marcantes a complexidade. Isso fica evidente na análise de casos complexos (Skinner, 1953). Aqui, Skinner defende a complexidade do comportamento em termos da combinação diferenciada das variáveis independentes e dependentes. Em uma dessas combinações, encontramos a possibilidade de uma única variável independente participar de diferentes relações comportamentais. Uma variável independente, como por exemplo, um estímulo aversivo, pode: 1) eliciar reflexos; 2) alterar predisposições emocionais para agir; 3) servir como estímulo reforçador no condicionamento respondente; e 4) reforçar qualquer comportamento de fuga que termine com o estímulo aversivo (Skinner, 1953). Notemos que, nesse exemplo, o estímulo aversivo é eliciador; operação emocional; reforçador no condicionamento

respondente; e reforçador negativo no condicionamento operante.

Há ainda a situação em que uma única resposta pode ser função de mais de uma variável. Por exemplo, a resposta verbal *casa* pode ser emitida como resultado da combinação de uma variedade de estímulos: estímulo verbal *casa* (ecóico); estímulo verbal *lar* (intraverbal); estímulo impresso *casa* (textual); estímulo não-verbal *uma casa* (tacto) (Skinner, 1953, 1957, 1987/1986).

Tendo em vista essas relações, podemos dizer que a unicidade do elo causal não é capaz de expressar a complexidade das relações entre organismo e ambiente⁶.

Conexão necessária

Voltando à formulação do princípio causal, «se a causa acontece, então (e somente então) o efeito é sempre produzido por ela» (Bunge, 1963/1959, p. 47), encontramos no advérbio *sempre* a expressão da constância do elo causal, ou seja, afirma-se que a conexão entre causa e efeito é obtida invariavelmente. Isso significa a repetição, sem exceção, da ocorrência do efeito mediante a ocorrência da causa. Considerando constância e unicidade juntas, temos a *necessidade* (Bunge). Nesse sentido, é possível dizer que o princípio causal expressa relações necessárias entre eventos, isto é, dada a ocorrência da causa, o efeito segue-se de maneira única e constante.

Em oposição a essa relação inflexível entre os eventos, Skinner (1957) afirma que a variável dependente não é propriamente a resposta, mas a probabilidade de responder: «o nosso dado básico não é a ocorrência de uma dada resposta como tal, mas a probabilidade de que ela ocorrerá em um dado tempo» (p. 22). Assim, a mudança em uma variável independente altera a probabilidade de ocorrência da resposta. Isso significa que a ocorrência de um dado estímulo, por exemplo, pode, ou não, ser seguida da ocorrência de uma resposta específica. A noção de estímulo discriminativo é emblemática para essa discussão, pois como diz Skinner (1953): «O estímulo discriminativo não elicia uma resposta, simplesmente altera uma probabilidade de ocorrência. A relação é *flexível* e continuamente gradual» (p. 110, grifo nosso).

Dependência unilateral

O princípio causal afirma também a dependência unilateral do efeito em relação à causa. Em outras palavras, «ele reflete somente o modo Causa>Efeito, ele considera

⁶ Em alguns momentos, Skinner (1953, 1957) emprega a expressão *causação múltipla* para destacar as diversas combinações entre variáveis independentes e dependentes. Mas, como já mencionamos, se considerarmos a unicidade como uma característica genuína do elo causal, a *causação múltipla* não é propriamente causal. Dessa forma, a análise de casos complexos parece apontar a inadequabilidade do modelo causal na explicação das relações entre variáveis ambientais e comportamentais.

a atividade, mas negligencia a reatividade» (Bunge, 1963/1959, p. 148). Nessa acepção, somente a causa é ativa, enquanto o efeito passivo. Essa discrepância alimenta a dicotomia agente versus paciente: as causas são ativas e produtivas, e os efeitos suas conseqüências passivas e inertes. No caso da ciência do comportamento, esse tipo de concepção pode ser encontrada na idéia de estímulo como agulhão e de resposta como reação aos estímulos, tal como defendida pelo modelo estímulo-resposta (Watson, 1930/1924). De acordo com esse modelo, há uma prioridade na ação do ambiente, ou dos estímulos, em detrimento das ações do organismo, ou das respostas. Dito de outro modo, o ambiente é o agente, a causa do comportamento; e o comportamento o efeito passivo das determinações ambientais. Muitas vezes, essa interpretação causal é também aplicada equivocadamente ao behaviorismo skinneriano, vinculando-o ao ambientalismo (Marx & Hillix, 1978/1963).

Todavia, na perspectiva behaviorista radical, parece ser mais adequado definir a relação entre organismo e ambiente como recursiva, e não como unilateral. É o que sugere a frase inaugural do *Verbal Behavior* (1957) de Skinner: «Homens agem sobre o mundo modificando-o, e são, por sua vez, modificados pelas conseqüências de sua ação» (p. 01). Tendo em vista essa inter-relação, a lógica agente e paciente parece não ser fiel o bastante para expressar a dinâmica das relações entre organismo e ambiente. Não há ênfase nem no ambiente, nem no organismo que se comporta. A ênfase é na relação *organismo-ambiente*, e não na causação, pois se admite que organismo e ambiente agem um sobre outro.

Conexão genética

Segundo a formulação do princípio causal, além da necessidade e dependência unilateral, a causalidade é também de natureza produtiva (Bunge, 1963/1959). Em outras palavras, a causa gera ou cria o efeito. Nesse sentido, a causalidade é um princípio empregado na explicação da origem ou gênese das coisas: explica-se a origem de algo, remetendo-se à sua causa. Em última instância, esse tipo de preocupação abre caminho para um questionamento ontológico sobre a relação entre causa e efeito, ou seja, *como* uma causa pode produzir um efeito.

Ao optar pela relação funcional, Skinner (1953) parece dar mais um passo em direção ao abandono de uma explicação causal do comportamento. Interdependência funcional consiste em uma alternativa à conexão genética. Ela apenas expressa que um evento está regularmente relacionado a outro, sem afirmar que um evento *produz* o evento seguinte. Em vista disso, a explicação behaviorista radical parece afastar-se do caráter genético e produtivo peculiar do pensamento causal.

Tal afastamento é reconhecido pelo próprio Skinner (1953), que propõe o aban-

dono do vocabulário causal com a justificativa de que «Os termos ‘causa’ e ‘efeito’ já não são usados em larga escala na ciência. Têm sido associados a tantas teorias da estrutura e do funcionamento do universo que já significam mais do que os cientistas querem dizer» (p. 23). A proposta seria então considerar o emprego de termos mais adequados à sua concepção de ciência:

Uma ‘causa’ torna-se uma ‘mudança na variável independente’ e um ‘efeito’ uma ‘mudança na variável dependente’. A antiga ‘conexão causa-e-efeito’ torna-se uma ‘relação funcional’. Os novos termos não sugerem como uma causa produz seu efeito; mas simplesmente que eventos diferentes tendem a ocorrer juntos em uma certa ordem (Skinner, 1953, p. 23).

PENSAMENTO CAUSAL *VERSUS* EXPLICAÇÃO NÃO-CAUSAL

A despeito da possibilidade de uma interpretação não-causal do Behaviorismo Radical, o texto skinneriano mostra ambigüidades quando a questão em tela é o estatuto da causalidade na explicação do comportamento. No já citado livro *Science and Human Behavior* (1953), após criticar a conexão causal e os conceitos de causa e efeito, e propor, em lugar dessas noções, o emprego da relação funcional, e de variáveis independentes e dependentes, respectivamente, Skinner parece não ter se mantido fiel à sua proposta.

Exemplo dessa incoerência pode ser encontrado no próprio *Science and Human Behavior*, no qual Skinner (1953) continua empregando o termo causa. O mesmo pode ser observado em textos posteriores, como *Selection by Consequences*, quando Skinner (1984/1981) refere-se ao modelo de seleção por conseqüências, como um modo causal de explicação do comportamento.

Como podemos nos posicionar diante dessa ambigüidade do texto skinneriano? Uma possibilidade é dissolver a ambigüidade pelo abandono da nomenclatura causal, procurando termos que sejam mais adequados com um modelo de explicação não-causal do comportamento. Trata-se, portanto, de criticar a ambigüidade com a justificativa de que os termos empregados em uma explicação científica não devem ser considerados neutros. Pelo contrário, esses termos integram uma visão-de-mundo compartilhada por uma comunidade científica, e que orientam suas práticas (Burt, 1983/1932). No que diz respeito à ciência do comportamento, Chiesa (1994) parece defender posição semelhante: «a linguagem comum não é neutra em relação ao objeto de estudo da ciência comportamental, e o cientista não está excluído da influência que a linguagem comum exerce sobre as conceitualizações do comportamento e sobre as formas de interpretação» (p. 44).

Dessa forma, o emprego da linguagem inerente ao pensamento causal cria

condições propícias para interpretarmos as relações entre organismo e ambiente de forma unidirecional, linear e inexorável. Por que, então, continuar empregando um sistema conceitual que pode nos levar a uma interpretação indesejada do comportamento? Talvez a mudança das palavras que utilizamos para descrever o comportamento oriente a ciência do comportamento numa direção mais útil. Em outras palavras, o afastamento do pensamento causal, e da linguagem característica desse pensamento, abre a possibilidade de buscarmos um modelo de explicação dinâmico, em termos de processos, e com uma ênfase nas inter-relações entre organismo e ambiente, o que vai ao encontro de uma definição relacional do objeto de estudo da análise do comportamento. É justamente uma proposta de explicação desse tipo que analisaremos agora.

UM ITINERÁRIO PARA A EXPLICAÇÃO DO COMPORTAMENTO

O ponto de partida

Na explicação do comportamento partimos do comportamento enquanto tal (Burgos, 2004). Isso quer dizer que para falarmos de um modelo de explicação é preciso começar definindo *comportamento*. Uma das maneiras de construir essa definição consiste em perguntar pela natureza do comportamento.

Skinner (1953) parece dar uma resposta a essa questão no célebre trecho em que define *comportamento* como um fluxo ou processo: «Visto que [o comportamento] é um processo, e não uma coisa, ele não pode ser facilmente imobilizado para observação. Ele está em constante mudança, é fluido e evanescente» (p. 15).

Em outras palavras, a natureza do comportamento é contínua, e por isso não pode ser considerada como uma coisa, ou mesmo como uma seqüência discreta de eventos: «O comportamento é a atividade contínua e coerente de um organismo integral. Embora, para propósitos teóricos e práticos, ele possa ser analisado em partes, devemos reconhecer sua natureza contínua de modo a resolver certos problemas comuns» (Skinner, 1953, p. 116).

Nesse sentido, a explicação do comportamento pode ser identificada com o modo como uma ciência do comportamento lida com esse fluxo contínuo e evanescente. Isso quer dizer que o ponto de partida de uma explicação do comportamento é o fluxo comportamental, e que explicar esse fluxo nada mais é que descrever seu funcionamento. O que se segue é uma proposta desse tipo de explicação organizada em três etapas:

Primeira etapa: construção de eventos

Se por um lado, devemos reconhecer como ponto de partida o fluxo comportamental,

por outro, não podemos ficar apenas com ele. Isso porque esse fluxo original não nos fornece a possibilidade nem de compreensão, nem de modificação do comportamento. Portanto, a primeira etapa de nosso modelo de explicação do comportamento consiste em isolar os eventos comportamentais do fluxo comportamental. Mas como isso é possível?

Um evento pode ser definido como um acontecimento ou ocorrência singular, que tem uma temporalidade razoavelmente definida (começo e fim determinados)⁷. Na perspectiva behaviorista radical, podemos falar de pelo menos dois tipos de eventos: os eventos comportamentais (respostas) e os eventos ambientais (estímulos).

É importante ressaltar que a relação entre eventos comportamentais e eventos ambientais desempenha um importante papel na explicação do comportamento. Algumas explicações behavioristas, ligadas à fórmula *estímulo-resposta*, não só partem da relação entre eventos, como consideram que tal relação esgota o assunto (e. g. Watson, 1930/1924). Como veremos adiante, embora fundamental, a relação entre eventos é apenas uma etapa preliminar da explicação do comportamento.

Essa primeira etapa da explicação do comportamento consiste, portanto, em «recortar» o fluxo comportamental construindo, assim, eventos. Esse «recorte» do fluxo é dirigido por uma teoria, a saber, que há uma relação entre os movimentos do organismo (topografia) e determinados aspectos do ambiente (função). Dessa maneira, não podemos dizer que a delimitação da topografia das respostas é desvinculada da função. Pelo contrário, os contornos da topografia de uma resposta só podem ser estabelecidos por meio da atribuição de uma função – relacionando certos movimentos com certos eventos ambientais. Portanto, o isolamento de eventos comportamentais não segue «fissuras naturais», mas sim uma interpretação funcional⁸.

Consideraremos, então, essa primeira etapa explicativa como uma explicação funcional, que isola os eventos comportamentais do fluxo comportamental, pela atribuição de uma função a certos movimentos (topografia). Como resultado, temos a construção de respostas, entendidas como as primeiras unidades de análise do comportamento.

⁷ A presente proposta aproxima-se, em certa medida, da definição de evento apresentada por Burgos (2004). Segundo esse autor, um evento pode ser definido «como a exemplificação temporária de uma certa propriedade P por parte de um certo indivíduo a em uma região temporal t (p. 111)». No entanto, ao dar ênfase para a relação entre organismo e ambiente, a presente proposta evita a inclusão do indivíduo (ou continuante) na definição de evento: o «agente» da exemplificação (ou, como definimos aqui, atualização) não é o organismo, mas o próprio comportamento, entendido como relação primordial entre organismo e ambiente.

⁸ No texto *The generic nature of the concepts of stimulus and response*, Skinner (1961/1935) defende a existência de tais fissuras: «não podemos definir os conceitos de estímulo e resposta simplesmente como ‘partes do comportamento e do ambiente’ sem levar em conta as linhas naturais de fratura por meio das quais comportamento e ambiente são realmente quebrados» (p. 347). Isso pode ser interpretado como uma filiação, mesmo que temporária, ao empirismo ingênuo. De acordo com essa concepção, os fatos pré-existem em relação às teorias e, por isso, a função das últimas é simplesmente espelhar os primeiros. Evidentemente, a proposta apresentada aqui não compactua com esse compromisso filosófico, e busca construir uma interpretação pós-empirista do texto skinneriano.

Segunda etapa: descrição de estados

No entanto, como lembra Skinner (1953), «não importa quão acurada ou quantitativa possa ser, a descrição de um caso singular é apenas um passo preliminar. O próximo passo é descobrir algum tipo de *uniformidade*» (p. 15). A segunda etapa da explicação do comportamento parte justamente dessa uniformidade.

A construção de eventos comportamentais nos fornece a possibilidade de encontrarmos regularidades no fluxo comportamental. Em outras palavras, de posse dos eventos comportamentais é possível detectar padrões comportamentais (a recorrência de certos *tipos* de resposta). A explicação desses padrões nos remete ao conceito de estado comportamental.

Um estado comportamental pode ser definido como a probabilidade de ocorrência de um dado tipo de resposta (Lopes, 2004). Dessa maneira, a observação prolongada do fluxo comportamental nos fornece não apenas regularidades ou uniformidades (padrões de resposta), mas também uma certa probabilidade de que esse padrão se mantenha no tempo.

Nesse sentido, podemos dizer que os estados comportamentais são *atualizados* por eventos comportamentais (Ryle, 1980/1949). Em outras palavras, a probabilidade de responder se concretiza, se realiza, por meio da emissão de certas respostas mantidas no tempo. Conseqüentemente, não faz sentido falar de um estado comportamental não-atualizado, em algum momento, por eventos. Da mesma maneira, que não faz sentido falar de um evento que não seja a atualização de um estado.

Essa segunda etapa da explicação do comportamento consiste, portanto, na identificação de estados comportamentais ou probabilidades. Por esse motivo, chamaremos essa etapa de explicação disposicional, pois diz respeito à descrição de disposições ou tendências a se comportar de um certo modo. Um dos resultados dessa etapa é a possibilidade de previsão de emissão de futuros eventos. Além disso, com a explicação disposicional agrupamos os diferentes eventos comportamentais em classes de respostas funcionalmente definidas⁹.

Terceira etapa: identificação de processos

Por fim, temos a explicação dinâmica do comportamento. Nesta última etapa, estamos interessados nos processos envolvidos na constituição de estados comportamentais, e

⁹ O conceito de classe de respostas é entendido, aqui, como um conjunto aberto de respostas equivalentes do ponto de vista funcional. Isso quer dizer que uma classe de respostas inclui todas as respostas funcionalmente equivalentes emitidas até um dado momento, mais todas as respostas que possam ainda ser emitidas dentro de um mesmo estado comportamental. Nesse sentido, uma classe de respostas é definida a partir da operação de um estado comportamental.

conseqüentemente na emissão de eventos comportamentais. O conceito de processo comportamental nos remete à temporalidade envolvida no fluxo comportamental. Explicamos o fato do comportamento ser «fluido e evanescente» (Skinner, 1953, p. 15) pelos processos comportamentais.

Mas o que constitui os estados comportamentais? A resposta é simples: as contingências. Assim, os processos comportamentais podem ser identificados com as contingências, que constituem, mantêm e modificam estados comportamentais. Dessa forma, os processos comportamentais atuam por meio da organização sistemática de eventos comportamentais e ambientais no tempo. Em outras palavras, se quisermos construir um estado comportamental, precisamos organizar eventos comportamentais e ambientais seguindo uma certa estrutura (*estímulos-respostas-conseqüências*), por um certo período de tempo. (Não basta que uma conseqüência siga uma resposta uma única vez, é preciso que isso ocorra ao longo do tempo.)

Portanto, com a explicação dinâmica podemos construir, manter e modificar estados comportamentais, modificando assim o comportamento como um todo. Isso equivale a dizer que com a explicação dinâmica retomamos o fluxo comportamental do qual partimos. Evidentemente, o fluxo explicado é diferente do fluxo inicial. No final desse complexo itinerário explicativo temos um fluxo «mais rico» do que o inicial. Agora, podemos compreender, prever e modificar o «funcionamento» desse fluxo.

Dessa maneira, seguindo a presente proposta, podemos dizer que a ciência do comportamento lida com o fluxo comportamental construindo eventos comportamentais em relação com eventos ambientais, descrevendo estados comportamentais, e identificando processos comportamentais. Em suma, a ciência do comportamento volta-se para uma explicação dinâmica do comportamento.

EXPLICAÇÃO DINÂMICA VERSUS EXPLICAÇÃO CAUSAL DO COMPORTAMENTO

Mas por que esse modelo afasta-se dos cânones do pensamento causal? Em primeiro lugar, o pensamento causal compactua com uma lógica linear, na qual se busca um começo (a causa inicial) e um fim (o efeito) (Bunge, 1963/1959). Já na presente proposta, as etapas de explicação do comportamento não são discretas, mas interdependentes. No fluxo comportamental encontramos um entrelaçamento de eventos, estados e processos, de modo que não há propriamente um início ou término absolutos, há fluidez e constante mudança. Nesse sentido, a descrição de etapas explicativas segue apenas uma estratégia epistemológica: começamos com a construção de eventos comportamentais porque são facilmente «imobilizados para observação», e porque podem ser manipulados. No entanto, todo evento comportamental é atualização de um

estado pré-existente, que, por sua vez, depende de processos comportamentais.

Em segundo lugar, em cada uma das etapas explicativas parece não haver espaço para o pensamento causal. Na explicação funcional, a inutilidade do conceito de causa e de conexão causal fica evidente quando explicitamos a inter-relação entre topografia e função na construção dos eventos comportamentais. A relação entre eventos comportamentais e eventos ambientais não é de eficácia causal: eventos ambientais não causam eventos comportamentais. Diferente disso, a relação entre esses eventos é de atribuição de sentido, ou seja, de definição da função de uma topografia: a construção de um evento comportamental só é possível em relação com eventos ambientais. Além disso, a relação entre eventos ambientais e comportamentais é probabilística, que parece ser mais apropriadamente expressa pelas relações funcionais machianas, que pelas conexões necessárias do pensamento causal.

Na explicação disposicional, a relação entre eventos e estados também não pode ser descrita em termos de conexões causais. Quando dizemos que eventos *atualizam* estados, isso não é o mesmo que afirmar que esses eventos *causam* os estados (Ryle, 1980/1949). Isso porque a atualização não é sequer uma explicação: um estado não é explicado por eventos; a existência de um estado é simplesmente *confirmada* pela ocorrência de eventos. Por outro lado, os estados comportamentais explicam os eventos agrupando-os em classes de respostas (relacionando-os em torno de uma mesma função), e esse tipo de explicação não recai na causalidade. Atribuir a categoria de causalidade à explicação disposicional é o mesmo que admitir que a probabilidade é a causa da emissão de uma resposta, o que seria absurdo. (Nesse sentido, estados explicam, de modo não-causal, eventos, mas eventos não explicam estados.)

O afastamento em relação à causalidade também pode ser encontrado na explicação dinâmica. As contingências, responsáveis pelos estados, não são suas causas. Os estados são constituídos através da repetição de certos tipos de eventos ambientais e comportamentais conforme um padrão ou estrutura definido pela contingência. No entanto, como já mencionamos, os próprios eventos são atualizações de estados, o que nos conduz à dinâmica recursiva do fluxo comportamental. Para considerarmos os processos comportamentais como causas de estados, ou mesmo de eventos, seria necessário admitir sua prioridade de existência em relação a estados ou eventos. Mas isso seria incompatível com a interdependência de eventos, estados e processos, característica do fluxo comportamental.

CONCLUSÃO

Como o Behaviorismo Radical explica o comportamento? Há várias respostas possíveis. Uma das mais clássicas remete a uma concepção causal, que está em continuidade

com uma longa e renomada tradição na filosofia da ciência. Segundo essa interpretação, explicamos o comportamento indicando relações causais entre organismo e ambiente.

No entanto, o próprio Skinner (1953) parece não aceitar integralmente uma interpretação causal do comportamento, chegando até mesmo a desaconselhar o emprego do vocabulário da causalidade na explicação das relações entre organismo e ambiente. Além disso, a explicação behaviorista radical afasta-se dos cânones do pensamento causal, na medida em que não considera as relações entre organismo e ambiente como lineares, unidirecionais e necessárias, mas como complexas, recursivas, dinâmicas e probabilísticas.

Nesse contexto, uma interpretação não-causal da filosofia da ciência skinneriana mostra-se plausível. Embora não tenha o suporte de uma longa tradição em filosofia da ciência, um modelo de explicação não-causal do comportamento compartilha com alguns filósofos a insatisfação gerada pela causalidade enquanto um princípio explicativo. A ciência reclama um modo de explicação mais dinâmico, e a ciência do comportamento também parece ansiar métodos e modelos de explicação que sejam capazes de expressar o caráter fluido e processual do comportamento.

Uma proposta, ainda que incipiente, de explicação não-causal do comportamento em termos das inter-relações entre eventos, estados e processos vem em continuidade com essa tendência. Nesse modelo, a explicação do comportamento não é representada por uma linha reta, característica das explicações causais. Ao invés disso, encontramos uma espiral, em que partimos do fluxo comportamental, e após a descrição da inter-relação entre eventos, estados e processos chegamos também a um fluxo, agora compreendido, isto é, explicado e, por isso, «mais rico».

Dessa maneira, explicar o comportamento no Behaviorismo Radical não é buscar suas causas, mas descrever o funcionamento do fluxo comportamental. Mais precisamente, podemos dizer que explicar, na perspectiva behaviorista radical, é descrever relações de interdependência funcional entre eventos ambientais, eventos comportamentais, estados comportamentais e processos comportamentais. É só a partir desse ponto que uma tecnologia comportamental pode desempenhar o seu papel, direcionando esse fluxo, por meio da manipulação e controle dos eventos ambientais e comportamentais.

REFERÊNCIAS

- Aristóteles. (Trad. 1998). *Posterior analytics*. (J. Barnes, Trad.). Em J. Barnes (Org.), *The Complete Works of Aristotle* (Vol. 01, pp. 114-166). New Jersey: Princeton University Press.
- Bacon, F. (1979/1620). *Novum organum*. (J. A. R. de Andrade, Trad.). Em V. Civita (Org.), *Os Pensadores* (pp. 5-231). São Paulo: Abril Cultural.
- Barnes, J. (2001/1982). *Aristóteles*. (A. U. Sobral & M. S. Gonçalves, Trans.). São Paulo: Edições Loyola.

- Bunge, M. (1963/1959). *Causality: The place of the causal principle in modern science*. New York: The World Publishing Company.
- Burgos, J. E. (2004). Um sustento más eficaz para el estudio de la conducta em sí misma. *Acta Comportamentalia*, 12 (Monográfico), 107-126.
- Burt, E. A. (1983/1932). *As bases metafísicas da ciência moderna*. (J. Viegas Filho & O. A. Henriques, Trans.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Chiesa, M. (1994). Radical Behaviorism: *The philosophy and the science*. Boston: Authors Cooperative.
- Donahoe, J. W., & Palmer, D. C. (1994). *Learning and complex behavior*. Boston: Allyn and Bacon.
- Hempel, C. (1965). *Aspects of scientific explanation and other essays in the philosophy of science*. New York: Free Press.
- Hume, D. (1980/1748). Investigação sobre o entendimento humano. (A. Sérgio, Trad.). Em V. Civita (Org.), *Os Pensadores* (pp. 135-204). São Paulo: Abril Cultural.
- Hume, D. (2000/1739). Do entendimento. (D. Danowski, Trad.). Em *Tratado da Natureza Humana* (pp. 15-306). São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial.
- Kant, I. (1980/1783). Prolegômenos. (T. M. Bernkopf, P. Quintela, & R. R. T. Filho, Trans.). Em V. Civita (Org.), *Os Pensadores* (pp. 7-99). São Paulo: Abril Cultural.
- Kant, I. (1997/1787). Segunda analogia. (M. P. Santos & A. F. Morujão, Trans.). Em *Crítica da razão pura* (pp. 217-231). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lambert, K., & Brittan, G. (1979/1970). *Introdução à filosofia da ciência*. (L. Hegenberg & O. S. Mota, Trans.). São Paulo: Cultrix.
- Lopes, C. E. (2004). Comportamento e disposição. Em M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. M. da Silva, & S. M. Oliane (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição*, vol. 13 (pp. 39-43). Santo André: ESETEC.
- Mach, E. (1959/1886). *The analysis of sensations*. (C. M. Williams, Trad.). New York: Dover Publications.
- Mackie, J. L. (1974). *The cement of universe: A study of causation*. London: Oxford University Press.
- Marx, M. H., & Hillix, W. A. (1978/1963). *Sistemas e teorias em psicologia*. (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Mill, J. S. (1979/1872). Sistema de lógica dedutiva e indutiva. (J. M. Coelho, Trad.). Em V. Civita (Org.), *Os Pensadores* (pp. 85-257). São Paulo: Abril Cultural.
- Platão. (Trad. 1972). Fédon. (J. Paleikat & J. C. Costa, Trans.). Em V. Civita (Org.), *Os Pensadores* (pp. 61-132). São Paulo: Abril Cultural.
- Ryle, G. (1980/1949). *The concept of mind*. New York: Penguin Books.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and Human Behavior*. New York: The MacMillan Company.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1961/1935). The generic nature of the concepts of stimulus and response. Em B. F. Skinner (Org.), *Cumulative record* (pp. 347-366). New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1984/1981). Selection by consequences. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7 (4), 477-481.
- Skinner, B. F. (1987/1986). The evolution of verbal behavior. Em B. F. Skinner (Org.), *Upon Further Reflection* (pp. 75-92). New Jersey: Prentice-Hall.
- Watson, J. B. (1930/1924). *Behaviorism*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. Extraído em 01 de março de 2007 de <http://psychclassics.yorku.ca/Watson/views.htm>

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo examinar a possibilidade de uma explicação não-causal do comportamento na perspectiva behaviorista radical. Em primeiro lugar, os componentes essenciais do pensamento causal são descritos, a saber, condicionalidade; unicidade; conexão necessária; dependência unilateral; e conexão genética. Argumenta-se que, com exceção da condicionalidade, o Behaviorismo Radical rejeita os demais aspectos. Com isso, torna-se plausível a defesa de uma interpretação não-causal do modelo explicativo do comportamento no Behaviorismo Radical. Em segundo lugar, apresenta-se uma proposta de explicação não-causal do comportamento, baseada nas relações de interdependência funcional entre eventos, estados e processos. A partir dessa proposta, explicar deixa de ser sinônimo de busca pelas causas do comportamento, para se identificar com a descrição do funcionamento do fluxo comportamental. Conclui-se que eventuais ambigüidades encontradas no texto skinneriano com respeito à explicação do comportamento podem ser superadas: 1) abandonando-se a lógica e o vocabulário da causalidade, e 2) adotando-se uma explicação dinâmica do comportamento.

Palavras-chave: Behaviorismo Radical, causalidade, explicação científica, comportamento, explicação não-causal do comportamento

ABSTRACT

The objective of this essay was to examine the possibility of a non-causal explanation of behavior in the Radical Behaviorism perspective. We began describing the essential components of a causal thought, namely: conditionality; uniqueness; necessary connection; one-sided dependence; and genetic connection. It is argued that with exception of the conditionality, Radical Behaviorism rejects all the other components. Thus, the defense of a non-causal interpretation of the radical behaviorist explicative model becomes reasonable. Then, we present a proposal of non-causal explanation of behavior, based on functional interdependence relations among events, states and processes. From this proposal on, to explain is not synonymous of search for the causes of the behavior anymore; to explain is identified with the description of the functioning of the behavioral stream. It is concluded that supposed ambiguities found in Skinnerian texts with respect to the explanation of behavior can be surpassed by: 1) discarding both logic and causality's vocabulary; and 2) adopting a dynamic explanation of behavior.

Keywords: Radical Behaviorism, causality, scientific explanation, behavior, non-causal explanation of behavior